

ESTRATÉGIA PASTORAL DE PAULO E SUA EQUIPE

*Ildo Bohn Gass**

Porque, partindo de vós, se divulgou a Palavra do Senhor, não apenas pela Macedônia e Acaia, mas propagou-se por toda parte a fé que tendes em Deus. (1Ts 1,8)

A globalização da Boa-Nova de Jesus

Para início de conversa, lembremos uma diferença importante entre o movimento de Jesus de Nazaré e o trabalho missionário de Paulo e sua equipe no mundo greco-romano. Diferentemente de Jesus, cuja origem era camponesa, Paulo, apesar de ser um judeu, nasceu numa cidade cosmopolita, Tarso, centro de cultura grega. Além da formação judaica, ele ainda teve educação grega e romana.

Jesus, como profeta de seu povo, organizou um movimento engajado no anúncio e na concretização do projeto libertador do Reino de Deus, especialmente para o povo pobre da Galileia. Na sua maioria, eram comunidades camponesas empobrecidas com forte cultura rural, onde se falava o aramaico. No entanto, não podemos, sem mais nem menos, excluir o mundo urbano da prática de Jesus, uma vez que ele também vivia e anunciava a Boa-Nova da misericórdia de Deus em cidades, como Cafarnaum, onde estabeleceu residência depois de assumir publicamente sua missão de anunciar a presença do Reino (Mt 4,13; 9,1; Mc 1,21; 2,1-12).

Diferentemente, as equipes missionárias das comunidades helenistas transformaram esse projeto histórico mais local de Jesus em um programa internacional. Partindo de Antioquia, globalizaram o projeto do Reino como proposta universal, anunciando-o nas cidades greco-romanas, em meio a uma cultura urbana de fala grega. Romperam com o nacionalismo judaico (que exclui da salvação quem não assume todas as obras da Lei) e assumem um projeto universalista de inclusão, rompendo com barreiras étnicas, sociais e de gênero. Nisso, ajudou a história pessoal de Paulo, uma vez que se criou em uma cidade grande e de culturas diversificadas.

Se Jesus anunciou preferencialmente o Reino de Deus a um grupo homogêneo de camponeses pobres, Paulo o levou a grupos heterogêneos nas cidades. Se Jesus quer o Reino como perdão das dívidas, os helenistas querem o perdão e a superação dos pecados, desde a maldade pessoal até o pecado das estruturas más deste mundo.

* Ildo Bohn Gass é ministro da Palavra e assessor do CEBI – Centro de Estudos Bíblicos.

Porém, é fundamental ter presente que Jesus pregava o Reino de forma concreta, apresentando-o como banquetes para os quais todos estavam convidados. Assim também Paulo anuncia o perdão dos pecados a partir de uma prática muito parecida com a de Jesus. A reconciliação acontecia nas casas, nas *igrejas domésticas*, ao redor da mesa, na partilha e no serviço solidário. A grande adesão dos pobres, sem terras, sem tetos e sem cidadania acontecia porque havia uma nova prática nas comunidades. Por isso, o cristianismo cresceu imensamente, abalando o império e por ele foi perseguido.

Para fazer a passagem de mundos e culturas tão diferentes, a equipe de Paulo fez adaptações importantes.

A principal delas é que ampliaram o projeto histórico de libertação que Jesus anuncia especialmente aos pobres camponeses galileus (cf. Lc 4,18-19). Apresentaram-no como projeto de libertação da humanidade toda, de todas as formas de opressão, sejam pessoais, sociais ou estruturais. Para os cristãos helenistas, não importa se o mal ou o pecado vem das estruturas de opressão do sistema dominante, do legalismo do judaísmo oficial ou da maldade enraizada em cada pessoa. Importa que Deus quer nos libertar de todas as formas de pecado através de sua graça misericordiosa testemunhada por Jesus.

Para compreender o significado de pecado na literatura paulina, é importante ter presente a dimensão interior do mal que nos escraviza. Mas não só. Para Paulo, tudo o que escraviza é pecado. Tudo o que aprisiona a verdade é injustiça. Também é pecado todo sistema ímpio e injusto, tal como era, naquele momento, o sistema dos romanos (cf. Rm 1,18).

A estratégia de Paulo, ao internacionalizar a Boa-Nova, revela que, se para o movimento de Jesus uma nova Palestina é possível, para as comunidades helenistas um novo mundo é possível. Além de fazer a experiência local de comunidade, Paulo enfatiza a dimensão mundial da Igreja de Jesus Cristo, não somente como rede internacional de comunidades, mas como possibilidade de transformação global.

Será que esta estratégia não nos ensina que é importante pensar as questões em nível global, porém agir localmente?

As igrejas nas casas antecipam a vida nova

Falar em Reino de Deus ou Ano da Graça do Senhor para o povo de Israel fazia sentido. Há séculos, essas expressões vinham carregadas de um sentido de libertação, de partilha das terras, de perdão das dívidas, de fraternidade. No entanto, essa linguagem não dizia praticamente nada quando dirigida à cultura urbana no mundo greco-romano. Então foi necessário apresentá-la em nova roupagem num novo contexto social e cultural. Em vez de Reino de Deus, Paulo e sua equipe falavam em redenção, salvação, libertação. Não é por acaso que a liberdade e a cidadania sejam tão centrais na prática de Paulo. Essas eram palavras muito caras para a cultura helenista.

Nas *igrejas domésticas*, a grande maioria de seus membros eram pessoas que, na sociedade greco-romana, não eram cidadãos. No entanto, nas comunidades cristãs to-

das as pessoas eram cidadãos. Assim, a prática de igualdade ajudava a resgatar, de forma concreta, a dignidade das pessoas. Apontava também para modelos de relações e de organização que negavam radicalmente as relações e bases da estrutura das cidades e do Império Romano. A vivência fraterna na comunidade cria laços de união em cidades onde o individualismo e o anonimato imperam.

Para a elite grega, a vida digna era somente para poucos. A *democracia* (poder do povo) grega era para a minoria. Na verdade, era uma *aristocracia* (poder dos melhores, da nobreza), ou *plutocracia* (poder dos ricos), onde participavam os cidadãos, isto é, os latifundiários, os donos de escravos e os grandes comerciantes. Na assembleia (*ekklesia, igreja*) dessas elites, não tinha vez nem voz a maioria do povo, os não cidadãos, isto é, as pessoas pobres, escravas, estrangeiras, as mulheres.

O que faz, então, o movimento missionário cristão? Universaliza a liberdade, a cidadania e a participação em pé de igualdade. Estas não são privilégios de uma pequena elite. No projeto do Reino, todas as pessoas têm direito a elas. Na assembleia cristã, que se reunia nas casas (*oikos*), tanto mulheres como pessoas estrangeiras, escravas, pobres, enfim, todas eram movidas pela ação graciosa de Deus para serem *cidadãos do Evangelho de Cristo*, firmemente lutando por novas relações com base na Boa-Nova de Jesus (cf. Fl 1,27). Indo além da democracia das elites gregas, poderíamos dizer que as comunidades cristãs praticavam a *laocracia*. Como *demos*, também *laos* quer dizer *povo*. No entanto, tem uma conotação mais popular. Nós diríamos *povoão*, que não tem acesso à dignidade, à cultura letrada. Não é por acaso que as palavras *laico* e *leigo* (ignorante, inexperiente) têm sua origem em *laos*. Poderíamos, então, dizer que a *laocracia* cristã é a *democracia* de quem era considerado não cidadão. É bonito ver que, enquanto na *democracia* da nobreza as pessoas pobres eram afastadas, nas *igrejas domésticas*, as pessoas da elite que aderiam ao Evangelho cidadão do Nazareno não eram excluídas, mas acolhidas.

Sabemos também que existia uma variedade de associações. Eram, por exemplo, os casos das organizações de comerciantes, de artesãos ou de filósofos. Eram associações da mesma categoria, de pessoas do mesmo nível. Mais uma vez, as comunidades inovaram. Em seu meio, não se excluía ninguém. Todas as pessoas eram acolhidas e tinham valor.

Certamente, Paulo e sua equipe tinham consciência de que não era possível derrotar o poderoso Império Romano. Era um poder econômico, político e militar impossível de ser enfrentado. Nem tampouco era possível acabar com a escravidão. No entanto, sabiam muito bem que sua estratégia de organizar pequenas comunidades com vivência de novas relações étnicas, de gênero e de classe era um caminho seguro para a libertação radical das pessoas e de toda a criação.

A era do legalismo dá lugar à era da liberdade no Espírito

Não é por acaso que proclamam a libertação frente à restrita observância das obras da Lei, pois não é por elas que vem a salvação. Esta vem através da nova justiça de Deus oferecida gratuitamente a quem crê (Rm 1,16-17; 3,21-22). Também não terá

sido por acaso que convidam suas leitoras e leitores, também a nós hoje, a não se conformarem com as estruturas de pecado deste mundo mau (Rm 12,2; Gl 1,4) e injusto (Rm 1,18), *em meio a uma geração má e pervertida* (Fl 2,15).

Convidam-nos também a *transformar-nos, renovando as nossas mentes para discernir a vontade de Deus* (Rm 12,2). É o fim da era do legalismo. Inicia-se a era do Espírito, pois é Ele quem liberta e gera vida, enquanto a letra da Lei aprisiona e mata (cf. 2Cor 3,6). Não é por acaso que Paulo usa muito o estilo argumentativo e não impositivo. Leva as comunidades a refletirem, a tomarem decisões com autonomia. Daí a importância do diálogo. Um caso típico é o debate em torno do respeito aos mais fracos diante do consumo das carnes sacrificadas aos ídolos (1Cor 8–10). A ética do discernimento é uma das marcas do Evangelho segundo Paulo (1Cor 6,12; 11,13; Gl 6,4; Fl 1,9-10; 1Ts 5,21).

A nova justiça de Deus e a reconciliação

Se o pecado também é estrutural, então também a nova justiça de Deus mediante a fé de Jesus não tem a ver somente com questões pessoais, mas incide igualmente sobre as relações, sejam familiares, afetivas, econômicas, sociais, políticas, religiosas ou ecológicas.

Por isso, o tema da reconciliação era tão caro às comunidades helenistas. Primeiro, elas levaram em conta a reconciliação entre Deus e a humanidade, mediada pela fé de Jesus Cristo (Rm 3,22; Gl 2,16) e não mais pelas obras estritas da Lei, como ensinava a religião oficial judaica. Esta reconciliação é graça de Deus, tornando-nos criaturas novas (2Cor 5,17-21). E mais. Tornando-nos também ministros e embaixadores da reconciliação (v. 18.20). Já não somos mais inimigos de Deus, mas pessoas transformadas em amigas (Rm 5,10-11).

De modo especial, o projeto das comunidades helenistas é promover a reconciliação entre judeus e não judeus, pois Cristo eliminou todas as barreiras.

Superam, portanto, qualquer forma de preconceitos discriminatórios, promovendo a acolhida, a unidade e a integração, inclusive quanto a gênero e classe (cf. Gl 3,27-28; Rm 10,12; 1Cor 12,13 e também Cl 3,11). É bom não esquecer que isto acontecia de forma concreta em uma casa, ao redor de uma mesa, onde o pão era partilhado com todas as pessoas, onde quem tinha trazia para partilhar e quem não tinha vinha para receber pão e dignidade. E Paulo não tolerava qualquer discriminação na Ceia do Senhor (1Cor 11,17-34). Ela era o sinal maior da prática da igualdade, da solidariedade. Era o Reino já presente no meio de nós. Era o projeto de Deus para toda sociedade.

Uma rede de comunidades solidárias

Nas viagens missionárias promovidas pelas comunidades helenistas, ficam evidentes outros aspectos da estratégia pastoral de Paulo e de seus colaboradores e colaboradoras.

Sua intenção é fundar comunidades nos grandes centros urbanos do mundo greco-romano. Não têm em vista as cidades menores e as aldeias do interior. O anúncio da Boa-Nova nesses lugares seria tarefa das comunidades fundadas nas cidades mais importantes. A estratégia da equipe de Antioquia, portanto, era atingir os grandes centros. Estes se encarregariam de levar a missão às cidades menores e aldeias no seu entorno, constituindo uma rede de comunidades interligadas (1Ts 1,7-8). Em boa medida, essa estratégia se deve à compreensão escatológica de Paulo. Como ele imaginava que a irrupção do Reino estava próxima, ele tinha muita pressa em anunciar a Boa-Nova no maior número de cidades. (cf. 1Ts 4,13-5,11).

Por um lado, Paulo investe na organização de comunidades que viviam unidas por fortes laços de comunhão e de solidariedade. A celebração da ceia do Senhor (1Cor 11,17-34) era o fundamento ético para o comportamento cristão. Junto com o batismo (1Cor 12,13; Gl 3,27-28), a ceia do Senhor era o maior gesto visível da pertença à comunidade.

Por outro lado, Paulo também investe na rede de pequenas comunidades fraternas, solidárias, experimentando novas relações (Gl 3,28) e novos valores (Gl 5,22-23), superando os antivalores que escravizam (Gl 5,19-21; Rm 1,28-32; 1Cor 6,9-11). Apresenta o Projeto de Jesus livre do legalismo. A verdade da Boa-Nova consiste essencialmente em uma nova prática. É a comunhão de mesa. Nas *igrejas domésticas*, não há espaço para discriminações. Ao redor da mesa da comunidade, praticam-se a igualdade e a partilha. Dessa forma, essa nova prática denuncia e subverte o sistema das cidades greco-romanas que estão organizadas sobre a exploração dos mais pobres e têm como primeiro objetivo acumular riquezas para poucos.

Nessa prática sem discriminações, revela-se a essência do projeto missionário de Paulo. Por um lado, está a opção pelas nações, *pois fomos batizados num só Espírito para ser um só corpo, judeus e gregos, escravos e livres* (1Cor 12,13). Por outro, não há mais privilégios para ninguém, uma vez que a nova justiça de Deus acolhe gratuitamente e sem exclusão. Deus nos acolhe sem condições prévias porque nos ama incondicionalmente.

Se as *casas* ocupavam um lugar especial na organização de comunidades cristãs em geral, então convém frisar que, na estratégia dos helenistas, a organização de *igrejas domésticas* desempenhava um papel ainda maior. Veja, por exemplo, as comunidades nas casas de Priscila e Áquila, tanto em Éfeso (1Cor 16,19) como em Roma (Rm 16,5). Você pode ainda conferir a existência de comunidades nas casas de Filólogo, Júlia, Nereu e sua irmã (Rm 16,15), de Filêmon e Ápia (Fm 2), de Ninfa (Cl 4,15) e de Lídia (At 16,15.40). Essa forma de ser Igreja é essencial, juntamente com a mesa da partilha que acontecia nessas casas. Certamente elas também se tornavam uma espécie de lar para quem não tinha casa para viver dignamente.

A crença de Paulo que fundamenta essa prática de superação de todas as divisões, dentro e fora da comunidade, é sua fé monoteísta, sua fé na unicidade de Deus, na unicidade do senhorio de Jesus e na unidade do seu corpo.

Depois de fundadas as *igrejas domésticas*, Paulo e sua equipe seguiam em missão para outras cidades aonde a Boa-Nova ainda não havia chegado. Quando podia, visitava pessoalmente as comunidades que fundara. Ou então, enviava colaboradores seus, a fim de completar o anúncio do Evangelho da liberdade.

Enviava também cartas para as comunidades. E não escrevia apenas esporadicamente. Havia uma intensa correspondência entre Paulo e suas comunidades. Essas cartas eram copiadas e serviam também para ser lidas em outras comunidades. Dessa forma, passando de mão em mão, chegaram até nós.

As comunidades como corpo de Cristo exercem o poder-serviço

Embora se diga no Livro de Atos que Paulo estabelecia *presbíteros* (anciãos) nas comunidades que fundava (At 14,23; 20,17), nenhuma vez aparece essa função de liderança nas suas cartas autênticas (Rm, 1-2Cor, Gl, Fl, 1Ts e Fm). Atos foi escrito nos anos 80, quando já estava em andamento uma lenta institucionalização das comunidades de herança paulina. No entanto, certamente já havia, nos tempos de Paulo, a função de presbítero nas comunidades cristãs de origem judaica na Judeia (cf. At 11,30; 15,2.4.6.22.23; 16,4).

Nas comunidades helenistas, a proposta de vivência comunitária estava baseada no coletivo, no serviço à comunidade. Não é por acaso que Paulo insistia em descrever as comunidades como corpo, isto é, onde todos os seus membros são interdependentes. E mais. A comunidade mesma é a encarnação de Cristo, pois ela é seu corpo. Todos os seus membros participam do corpo de Cristo pelo batismo (1Cor 12,13; Gl 3,27-28) e pela ceia eucarística (1Cor 10,16-17; 11,17-34). Nenhum deles pode querer se sobrepor a outros. Por um lado, Paulo valoriza o pluralismo, a diversidade de funções na comunidade unida. Por outro, ele também quer mostrar que a organização na comunidade deve ter como princípio o exercício de poderes compartilhados, sem hierarquia ou centralização (Rm 12,3-8; 1Cor 12,12-28). Diferenças sim, desigualdades não!

Como se pôde perceber ao ler os textos citados, Paulo prefere chamar as lideranças de suas comunidades de apóstolos, de profetas, de encarregados da assistência, do governo, etc. Mais do que donas das comunidades (cf. 1Cor 1,12), as lideranças são as que pertencem às comunidades (1Cor 3,22-23). Sua função é assumir a *diaconia* (serviço) de Deus e das comunidades (1Cor 3,5; cf. Rm 16,1), ser colaboradores e colaboradoras de Deus (1Cor 3,9), a serviço de Cristo e na administração dos mistérios de Deus (1Cor 4,1). Paulo entendia o exercício do poder como *diaconia*, como *ministério*, como *serviço*.

Fl 1,1 e Rm 16,1 revelam que o cargo de *diácono* e *diaconisa* era reconhecido por Paulo. Em Fl 1,1, a palavra está no plural, dando a entender que era toda uma equipe de diaconia. Tinham também o encargo do anúncio da Palavra, mas sobretudo do atendimento das necessidades materiais das comunidades. Em Rm 16,1-2, Paulo nos informa que Febe exercia esse ministério. Ela era diaconisa e protetora, isto é, ajudava as comunidades. Foi ela quem levou a carta aos romanos, onde iria preparar a viagem missionária que Paulo pretendia fazer à Espanha (Rm 15,24.28).

Em Atos 20,28, Lucas coloca na boca de Paulo o termo *episcopos* (bispos, supervisores, guardiões) para se referir às lideranças da comunidade de Éfeso. Em suas cartas, somente as lideranças das comunidades de Filipos são chamadas de bispos junto com os diáconos (Fl 1,1). Como em Atos, também aqui a palavra está no plural, sugerindo uma equipe de pessoas encarregadas pela supervisão, pelo bom funcionamento das comunidades.

Os evangelhos sinóticos (Mt, Mc e Lc) e Atos dos Apóstolos reservam o título de *apóstolo* (enviado) aos Doze. No entanto, Paulo luta muito em suas cartas na defesa desse título para si (Rm 1,1; 1Cor 1,1; 2Cor 1,1; etc.). E mais, ele amplia o círculo de pessoas a quem reconhece esse ministério. Andrônico é chamado de apóstolo. E Júnia é apóstola eminente convertida a Jesus antes mesmo da conversão de Paulo (Rm 16,7).

O que nos chama a atenção, ao analisar a organização das comunidades helenistas, é que Paulo insiste no exercício do poder-serviço, valorizando todas as funções, sem discriminar nenhuma. Aliás, as mais insignificantes, muitas vezes, são as mais necessárias (cf. 1Cor 12,22). Em todas as funções, podemos encontrar tanto homens como mulheres exercendo o episcopado, o apostolado e o diaconato (cf. Fl 1,1; Rm 16,1.7). Além disso, ainda não há a hierarquização dos diferentes ministérios. Esse processo surgirá aos poucos nas comunidades no período da segunda geração de cristãos, isto é, a partir dos anos 70, estabelecendo-se com mais força já na terceira geração, como atestam as cartas a Timóteo e a Tito.

Paulo mantém uma autoridade sobre as comunidades que fundou, porém, como a de um pai e de uma mãe para com seus filhos (1Ts 2,5-12; 1Cor 4,15; Gl 4,19). Depois de organizada a comunidade, é uma autoridade exercida à distância, uma vez que não está presente no dia a dia das comunidades. Para a vida cotidiana, confia no dinamismo do Espírito. É dele a missão de manter a unidade (1Cor 12,13).

Será que, em certos meios, ainda hoje Paulo continua sofrendo alguma dose de marginalização pelo fato de ter confiado muito no Espírito Santo como a autoridade máxima nas comunidades? Ou por reconhecer cargos oficiais tanto em homens quanto em mulheres? Ou por valorizar o exercício de muitos dons nas comunidades, sem organizar uma hierarquia? Ou ainda pelo fato de ter promovido a unidade mais pelo Espírito do que pelo poder centralizado, por doutrinas ou ritos litúrgicos unificados?

Uma equipe em missão que valoriza o diálogo

Paulo seguiu a orientação de Jesus quanto à forma de anunciar o Evangelho em equipe. Ao enviar seus discípulos e discípulas em missão, Jesus pede que o façam de dois a dois, de duas a duas (Mc 6,7). Por sua vez, Paulo sempre procurou trabalhar em conjunto com outras pessoas. Eram apóstolas e apóstolos, diáconos e diaconisas. No entanto, convém lembrar uma diferença em relação a Jesus e seu grupo. Para o Nazareno, os seguidores eram discípulos e discípulas. Paulo, no entanto, nunca chamou os membros de sua equipe de discípulos. Chamava-os de irmãos, colaboradores e companheiros (Rm 16,1.3.7.9; 2Cor 8,19.23; Gl 1,2; Fl 2,25; 4,3; Fm 1-2.17). Todos, inclusive Paulo, eram discípulos, apóstolos e servos de Jesus Cristo (cf. Rm 1,1; 16,7).

Convém aqui lembrar que Paulo não só insiste, como vimos, no exercício da igualdade através dos mais variados serviços na comunidade. Faz questão de abordar também a disputa de poder entre as lideranças, entre os missionários. Os quatro capítulos iniciais da Primeira Carta aos Coríntios são todos dedicados a essa problemática. Também para os evangelizadores, como Paulo, Apolo e Pedro (1Cor 1,12; 3,21-23), vale o princípio básico da radical igualdade decorrente do batismo (Gl 3,27-28). Sua função não é disputar belezas, honras, elogios. Mas é deixar-se guiar pelo Espírito (1Cor 2,12), pela sabedoria da cruz (1Cor 1,17-25) para servir a comunidade (1Cor 3,5-6; 4,1; 9,19) como colaboradores de Deus (1Cor 3,9) e administradores de seus mistérios (1Cor 4,1).

Nas cartas e em Atos dos Apóstolos, são citadas inúmeras pessoas que eram colaboradoras de Paulo. Em lugares e épocas diferentes, ele trabalhava com equipes que iam se modificando. Uns seguiam seu próprio rumo. Outros grupos se distribuíam para levar a Boa-Nova ao maior número possível de cidades.

Devido à importância dessa característica fundamental da atividade evangelizadora de Paulo, convém lembrar que, nas cartas autênticas, são lembradas pelo nome cinquenta e oito pessoas que colaboram na missão. Como exemplos, citemos Priscila e Áquila, Barnabé e Timóteo, Febe e Tito, Lucas e Filemon. No Livro de Atos, aparecem doze pessoas cujo nome não consta nas cartas, como Lídia, Erasto e Jasão. As cartas pós-paulinas mencionam outras treze, como Cláudia e Lino, Ninfa e Prudente. Além dessas, há muitas pessoas que não são mencionadas pelo nome¹.

E, por fim, sabemos de pessoas não mencionadas nos escritos do Segundo Testamento como, por exemplo, Tecla, companheira de Paulo na missão. Certamente, existiam muitas outras cujos nomes se perderam da nossa memória.

Com certeza, temos muito a aprender desse jeito de Paulo organizar *igrejas domésticas* nas cidades. Ele não só trabalhava em equipe. Até mesmo as cartas elaborava em conjunto. Antes de ditá-las, discutia com seu grupo todas as questões. Veja como nas cartas autênticas há referências à autoria grupal das cartas:

- Parece que a Carta aos Romanos foi elaborada junto com vários colaboradores (Rm 16,21-23). Foi Tércio quem a redigiu.
- Sóstenes e Paulo pensaram juntos as respostas às dúvidas das comunidades de Corinto (1Cor 1,1). Áquila e Priscila também colaboraram (1Cor 16,19).
- Na Segunda Carta aos Coríntios, Timóteo teve participação importante (2Cor 1,1).
- Timóteo ainda está junto na elaboração das Cartas aos Filipenses (Fl 1,1) e a Filemon (Fl 1), bem como da Primeira Carta aos Tessalonicenses, em que também Silvano participa dos debates (1Ts 1,1).
- A Carta aos Gálatas foi pensada por vários companheiros ou irmãos, como Paulo prefere chamá-los (Gl 1,2).

1. A lista completa pode ser encontrada em GASS, Ildo Bohn. As comunidades cristãs da primeira geração. Coleção *Uma Introdução à Bíblia*, vol. 7. São Leopoldo/São Paulo: CEBI/Paulus, 2005, p. 122-124.

Escritas as cartas por um copista, normalmente Paulo acrescentava com seu próprio punho a saudação final em letras garrafais. A respeito disso, confira Rm 16,22; 1Cor 16,21-24; Gl 6,11-18; Fm 19!

Isso revela quanto valor Paulo dava ao diálogo não só em suas equipes missionárias, mas também nas comunidades.

Paulo e o trabalho manual

Se Paulo seguiu a orientação de Jesus quanto à ação missionária em equipe, o mesmo não podemos dizer no que se refere ao trabalho para o próprio sustento.

Muitos apóstolos, tal como Jesus e a pedido dele, exerciam sua missão como missionários itinerantes, vivendo do trabalho evangelizador (Mt 10,10). Paulo mesmo sabia dessa recomendação (1Cor 9,14). Apesar disso, porém, faz questão de trabalhar com suas próprias mãos. Continuava exercendo sua profissão de fabricante de tendas. Para ser fiel ao Evangelho de Jesus, não seguiu ao pé da letra a sua orientação. O trabalho tinha papel central na vida de Paulo (At 18,3; 20,33-35; 1Cor 4,12; 9,6-18).

Por que Paulo muda a forma de sustentar a missão? Várias são as razões:

Primeiro, ele não queria ser um peso para as comunidades (2Cor 12,13-14; 1Ts 2,9; 2Ts 3,6-12), pois, em sua maioria, eram pobres (1Cor 1,26-29; 2Cor 8,1-3). E sua opção era justamente pelas pessoas e camadas excluídas da sociedade.

Depois, é bom ter presente que, na cultura grega, o trabalho manual era indigno para pessoas livres, os cidadãos. Era reservado para pessoas escravas, artesãs e para escravos libertos. Para os cristãos de Tessalônica, Silvano, Timóteo e Paulo escrevem recomendando que trabalhem com as próprias mãos, pois isso também é vida digna, honrada (1Ts 4,11-12).

Em terceiro lugar, Paulo anuncia o Evangelho como encargo, como vocação. Evangelizar não é sua profissão, seu emprego. Daí por que anuncia a Boa-Nova gratuitamente (1Cor 9,15-18; 2Cor 11,7-10).

O trabalho manual de Paulo também revela sua solidariedade com quem trabalha com suas próprias mãos. O ponto de partida de sua prática pastoral não é o mundo dos donos de gente escrava e de quem vive do trabalho alheio. Seu lugar social é justamente o mundo de quem é vítima do sistema escravocrata greco-romano.

Há ainda um quinto elemento para entender as razões de Paulo para não observar a recomendação de Jesus. É que ele não queria depender de quem era detentor de riquezas. Sabemos que, normalmente, aquelas pessoas que dão o dinheiro também influenciam a quem recebe a ajuda. Paulo não queria fazer como os professores, os missionários itinerantes e os filósofos. Estes viviam hospedados nas casas de quem tinha poder aquisitivo. E isso limitava a liberdade deles. Paulo fazia questão de ser livre, de não se deixar influenciar por quem quer que fosse. Por isso, não pedia esmolas, não cobrava pelo ensino, nem se hospedava em casas de pessoas ricas.

Por fim, lembramos que Paulo também aceitou ajuda financeira. Porém, somente das comunidades de Filipos, às quais estava ligado por um vínculo especial de amizade (Fl 4,10-18; 2Cor 11,8-9). E estas eram muito pobres (2Cor 8,1-3).

Essa inserção de Paulo no mundo do trabalho revela mais um elemento de sua estratégia pastoral urbana. O anúncio do Evangelho começava ali, junto com quem convivia, seja no mercado popular da praça pública, seja nas casas. Paulo faz um verdadeiro processo de encarnação do Evangelho no mundo do trabalho, na vida de quem trabalha com suas próprias mãos. Junto a essas pessoas, que não eram consideradas cidadãs, Paulo se faz uma delas para promover a cidadania para todas. Se a origem cosmopolita de Paulo facilitou sua inserção no mundo urbano, a sua profissão foi decisiva para seu engajamento no anúncio e vivência do Evangelho no mundo do trabalho.

E mais. Paulo interage com a vida concreta de quem trabalha transformando sua realidade e transformando a si mesmo na medida em que se insere em um novo contexto. Paulo não vem com respostas prontas. Se, por um lado, não abre mão da verdade do Evangelho recebida de Jesus (1Cor 7,10; 11,23), por outro, busca respostas de acordo com cada situação concreta, dando um parecer que considera o mais adequado (1Cor 7,12.25.40). Quanto à linguagem, Paulo também faz um processo de inculturação, de adaptação, uma vez que usa, por exemplo, imagens comuns da cultura grega, como é o caso dos jogos olímpicos (1Cor 9,24-26; Gl 5,7; Fl 3,12-14; 2Tm 4,7-8).

A verdade do Evangelho

As equipes missionárias de Antioquia defendiam com veemência a *verdade do Evangelho* (cf. Gl 2,1-14; cf. v. 5.14).

O que é essa verdade do Evangelho? Se você lê atentamente Gl 2,11-14, perceberá que ela consiste na comunhão de mesa. A verdade do Evangelho é todos partilharem ao redor da mesa comum sem nenhuma discriminação. Nas *igrejas domésticas*, ninguém pode ser excluído. Ali, todas as pessoas têm a mesma cidadania, *pois Deus não faz acepção de pessoas* (Gl 2,6).

Nesse sentido, viver a verdade do Evangelho é estar totalmente livre diante da letra da Lei (Gl 2,4; cf. 5,1.13-14), mas fiel a seu espírito, que é o amor, plenitude e critério último para a Lei (Rm 8,2; Rm 13,8-10). Algumas leis diziam ser Israel um povo separado das demais nações (Dt 6,1-6). Outras partes das Escrituras hebraicas consideravam os não judeus pessoas impuras (At 10,9-16; Lv 11; Eclo 50,25-26).

Para Paulo, o princípio que torna todas as pessoas dignas é a nova justiça de Deus que não vem pela estreita e excludente observância das obras da Lei. Mas é graça misericordiosa de Deus que vem pela fé de Jesus, incluindo quem era excluído (Gl 2,16; Rm 1,17).

E o que é a fé? Fé, acima de tudo, é um ato de confiança em Deus. É entrega de nossa vida nas mãos de Deus. É ter Deus como o único fundamento de tudo. Crer em Jesus é entregar nossa vida a Ele. É aceitar a graça, o resgate que Deus oferece, tornando-nos justos gratuitamente. Nossa resposta ao amor gratuito e misericordioso de

Deus é agir pela fé através do amor (Gl 5,6.13-14; Rm 13,8-10). É viver vida digna do Evangelho de Cristo (Fl 1,27), tendo os mesmos sentimentos de Jesus (Rm 15,5; Fl 2,5). É deixar-se conduzir pelo Espírito e não pelos desejos egoístas (Gl 5,15; Rm 8,4). É pautar nossa conduta pelo Espírito (Gl 5,25).

Deus não julgará como um justiceiro que tem como critério o rigor da Lei, retribuindo conforme o mérito pelas obras. Sua justiça é diferente. É o perdão e a misericórdia. É a gratuidade do amor (Rm 3,21-24; 5,5-8; 9,14-16). Não é justiça declaratória que reconhece quem é justo, mas é justiça criadora que torna justo quem era pecador.

Será que nossa excessiva preocupação com teologias retribuidoras, como a prática de promessas e a doutrina da prosperidade, bem como a minuciosa observância de regras litúrgicas não são uma forma de reviver o rigor da Lei, anulando a graça?

O senhorio de Jesus e a radical igualdade entre as pessoas

Em oposição à religião do Império Romano com seu culto a Júpiter (Zeus dos gregos; cf. At 14,11-13) como senhor (*kyrios*) absoluto e encarnado no imperador, Paulo propõe o senhorio de Jesus. Enquanto a ideologia do culto imperial legitima uma sociedade desigual, a adesão a Jesus como único Senhor leva a relações baseadas na justiça e na fraternidade, onde o pluralismo, a liberdade, a cidadania plena são características essenciais na vivência comunitária. Essa teologia paulina tem como pano de fundo a apocalíptica judaica.

É verdade que hoje, mais do que fazer com Jesus a experiência como um senhor cruel, preferimos relacionar-nos com Ele como nosso irmão maior cujo exemplo queremos seguir como discípulos e discípulas fiéis. Nos evangelhos, por exemplo, Ele mesmo pede que nos dirijamos a seu e nosso Pai da mesma forma como Ele fazia cotidianamente (Mc 11,25; 14,36; Mt 6,9; 11,25-27). Em Jo 13,13-14, Jesus define seu papel de mestre e Senhor como uma autoridade que serve no amor a ponto de doar sua própria vida pela causa do Reino (cf. Fl 2,5-11; Mt 23,8-12), assumindo o lugar de quem não têm poder, uma vez que cabia a escravos e esposas lavar os pés de seus senhores e maridos. Também Paulo propõe o mesmo: *Com efeito, não recebestes um espírito de escravos, para recair no temor, mas recebestes um espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos Abba! Pai!* (Rm 8,15; Gl 4,6). Portanto, o mesmo *Abba* de Jesus é também o nosso *Abba*. E nossa missão é buscar a total comunhão com esse Pai, como Jesus também buscou, tornando-nos filhos e filhas cada vez mais parecidos com Ele em nossas opções e atitudes. Também Paulo cultivou uma espiritualidade de comunhão com Deus a ponto de afirmar que *já não sou eu que vivo, mas Cristo que vive em mim* (Gl 2,20). O projeto do Reino é de radical igualdade entre todas as pessoas.

No entanto, naquele contexto de resistência das comunidades cristãs frente às estruturas patriarcais do império, afirmar o senhorio de Jesus nos leva a perceber, pelo menos, duas dimensões do projeto das comunidades.

De um lado, ao proclamarem Jesus como o único Senhor (Jo 20,28; At 2,36; Fl 2,11; Rm 1,4; 10,9.12; cf. At 17,6-7.24), as comunidades reivindicam a remoção total

dos senhores desta terra, grandes ou pequenos, no interior ou no exterior da Igreja de Cristo, fora ou dentro de nossas mentes e corações, sejam eles imperadores, maridos ou donos de escravos.

Entre outras, lembramos três consequências práticas desse projeto. Primeiro, a proposta do Reino de Deus para as relações políticas é de cidadania, de liberdade, de sociedades sem senhores, sem imperadores ou tiranos ditadores, sem governos centralizadores ou autoritários. Segundo, seu projeto para as relações de gênero é de companheirismo e de parceria entre mulheres e homens. E, terceiro, que as relações sociais e econômicas sejam justas e equitativas. Portanto, reconhecer Cristo como Senhor é um protesto contra a opressão de todos os senhores ou que pensam ser senhores de outras pessoas. Se somente um é o Senhor, então se denuncia e se contesta todos os poderes opressores deste mundo.

De outro lado, ao proclamarem Jesus como o único Senhor, as comunidades cristãs fazem memória do nome de Deus no Antigo Israel. Os livros do Primeiro Testamento em que aparece mais vezes o título *Senhor* para se referir a Deus são Salmos, Isaías, Lamentações e Daniel. Especialmente a partir do exílio babilônico (587-539 aC), a pronúncia do nome de Deus (*Yhwh*) foi paulatinamente sendo substituída por *meu Senhor* (*Adonay*), por respeito à divindade. O nome *Yhwh* foi revelado a Moisés no Êxodo (Ex 3), como de um Deus que é presença libertadora no meio do povo oprimido pelo sistema do faraó no Egito. Portanto, dar esse título a Jesus é reconhecer, também em Cristo, a presença salvadora de Deus, que liberta de todos os poderes, de todas as forças maléficas que diminuem a vida.

A busca da unidade através da solidariedade

Outra ênfase de Paulo e de sua equipe é o esforço em favor da *unidade da Igreja de Cristo*. Essa luta se expressa de modo especial na coleta em favor das comunidades mais pobres de Jerusalém. É um esforço ecumênico das comunidades de origem gentílica em favor das comunidades de origem judaica. E dedicavam-se a essa tarefa com solicitude (Gl 2,10).

Segundo o Livro de Atos, antes mesmo das viagens das equipes missionárias no mundo helênico, as comunidades cristãs de Antioquia já faziam coletas para amenizar a fome das comunidades pobres da Judeia (At 11,29-30).

Essa solidariedade para com os mais pobres foi uma constante na prática das comunidades helenistas. Era sua forma de manter a unidade da Igreja.

Não era possível a unidade a partir da compreensão a respeito da Boa-Nova de Jesus de Nazaré. É que as comunidades da Judeia ainda eram muito fiéis às tradições judaicas, à prática da Lei e à fidelidade ao templo de Jerusalém. Enquanto isso, as comunidades helenistas já haviam dado um passo a mais. Para elas, o mais importante era uma nova prática em torno da mesa, aberta para todas as pessoas. Não havia acordo entre os judaizantes e os helenistas sobre essa forma diferente de interpretar o Projeto de Jesus. O concílio de Jerusalém fora uma tentativa de buscar a unidade (At 15,1-35; Gl 2,1-10).

A forma como as comunidades helenistas entenderam a unidade da Igreja de Cristo não foi com base em uma única forma de compreensão teológica, mas foi através da solidariedade prática, da ajuda econômica às comunidades mais pobres.

Ao escrever a Carta aos Romanos, Paulo comunica-lhes que está prestes a viajar para Jerusalém, a fim de levar a coleta aos cristãos pobres da Judeia (Rm 15,25-32). Duas vezes chama essa solidariedade das comunidades macedônias e gregas de serviço (v. 25.31). Paulo, inclusive, manifesta medo de seu serviço não ser aceito. É que os judeu-cristãos em torno de Jerusalém consideravam contaminada pela impureza a ajuda vinda de pessoas não judias. E esse temor de Paulo se confirmou na rejeição das comunidades da Judeia ao gesto solidário vindo das comunidades helenistas. É bem provável que essa seja a razão por que o Livro de Atos não dá importância a esse fato. Somente em At 24,17, o próprio Paulo faz uma rápida referência a essa coleta.

A equipe de Paulo ficou muito frustrada com a rejeição da solidariedade por parte dos cristãos de origem judaica de Jerusalém. E pior. Estes não se empenharam para evitar a prisão de Paulo. Pelo contrário, o expuseram diante de autoridades dos judeus, facilitando a tentativa de linchamento (cf. At 21,17-31).

Porém, para Paulo, essa missão de partilha era de fundamental importância, sinal vivo da unidade dessa rede internacional de comunidades. Essa solidariedade era o símbolo maior que indica o ecumenismo entre diversas etnias, partilhando e fazendo comunhão. Importa que haja igualdade (cf. 2Cor 8,13-14). Não é por acaso seu empenho para realizar o serviço da coleta nas comunidades pobres das províncias romanas da Macedônia (2Cor 8,1-5) e da Acaia (2Cor 9), bem como da cidade de Corinto (1Cor 16,1-4; 2Cor 8).

Concluindo

Assim, as comunidades se transformam em fermento na massa, sal na terra e luz para o mundo, verdadeiras células subversivas que tornam o projeto do Reino já presente (cf. Mt 5,13-14; 13,33; 1Cor 5,7). São comunidades em que as pessoas são verdadeiras novas criaturas, imagem e semelhança do próprio Deus (2Cor 5,17; Ef 4,20-24; Cl 3,10). Antecipam também, na sua vivência solidária, o projeto para o mundo como novo céu e nova terra, uma nova cidade, a nova Jerusalém, onde habitará a justiça (cf. Is 65,17; 66,22; 2Pd 3,13; Ap 21,1-2).

As comunidades helenistas se empenharam para contribuir na superação da pobreza e da fome. Também nossas comunidades de hoje fazem um esforço nesse sentido. Como estamos colaborando nos projetos de economia solidária? O que podemos fazer para melhor contribuir na erradicação da fome, da falta de acesso à terra, à moradia, ao trabalho?

Ao refletir sobre a estratégia pastoral de Paulo, podemos perceber que sua equipe não tinha diante de si nenhum modelo pronto de estratégia missionária. Tiveram que inventá-la. Criaram um caminho próprio para inculturar, no modo de vida urbano greco-romano, o Evangelho que Jesus dirigiu a pessoas de cultura judaica e preferen-

cialmente camponesas. Dessa forma, abriram caminho para muitos missionários que os sucederam. No decorrer da história, no entanto, as comunidades cristãs nem sempre souberam realizar essa passagem com o devido respeito aos povos alcançados, justamente porque vinham de mãos dadas com os colonizadores. O que podemos fazer para não repetir os equívocos do passado e buscar caminhos novos?

Livros consultados

COMBLIN, José. *Atos dos Apóstolos*, vol. I e II. Petrópolis: Vozes/Methodista/Sinodal, 1988.

COMBLIN, José. *Paulo, apóstolo de Jesus Cristo*. Petrópolis: Vozes.

GASS, Ildo Bohn. As comunidades cristãs da primeira geração. Coleção *Uma Introdução à Bíblia*, vol. 7. São Leopoldo/São Paulo: CEBI/Paulus, 2005.

MEEKS, Wayne A. *Os primeiros cristãos urbanos. O mundo social do apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2002.

MESTERS, Carlos. Um trabalhador que anuncia o Evangelho. Série *A Palavra na Vida*, n. 41. São Leopoldo: CEBI, 1991.

Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana – RIBLA, n. 20. *Paulo de Tarso, militante da fé*. Petrópolis: Vozes.

SCHNEIDER, Nélcio. Paulo de Tarso. Apóstolo a serviço do Evangelho de Jesus Cristo e da cidadania. Série *A Palavra na Vida*, n. 139/140. São Leopoldo: CEBI, 1999.

SILVA, Airton José da. Do campo para a cidade: o Evangelho de Paulo. In: *Vida Pastoral*, n. 152 (maio-junho de 1990), p. 13-18. São Paulo: Paulus.

Ildo Bohn Gass
Cx. P. 1051 – Scharlau
São Leopoldo RS
93121-970
formacao@cebi.org.br